



A análise pragmática dos (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná na Gazeta do Povo

Naiara Longhi Maia
Instituto Federal do Paraná
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Apresentamos os resultados da pesquisa que se dedicou a realizar uma análise pragmática dos relatos jornalísticos sobre o IFPR produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014. Para tanto, o estudo fez uso do referencial teórico da pragmática social, disciplina que observa os usos linguísticos dentro do contexto em que são realizados. O relato jornalístico é entendido como um ato de fala, possuidor de forças ilocucionárias capazes de revelar as intenções e propósitos contidos nessas enunciações. Neste relato, jornalistas e fontes de informação são personagens que realizam ações por meio do que falam. Conclui-se que se faz urgente o fortalecimento da reflexão sobre os usos de linguagem pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, as linguagens que criam, cotidianamente, quando tratam da Educação Profissional e Tecnológicas e as instituições a ela ligadas.

Palavras-chave: Jornalismo; Pragmática Social; Atos de Fala; Forças Ilocucionárias; IFPR.

1. Introdução

Neste artigo, apresentamos os resultados da pesquisa intitulada “Os (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná nas páginas da Gazeta do Povo: uma análise pragmática”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa Comunicação, Educação e Formações Socioculturais. O estudo resultou na dissertação de mesmo nome, defendida no primeiro semestre de 2016.

A pesquisa realiza uma análise pragmática dos relatos jornalísticos produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014¹ sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)². Para tanto, foi utilizado o referencial teórico da pragmática social, disciplina que observa os usos linguísticos dentro do contexto social em que são realizados pelos falantes. Segundo esta perspectiva, o uso da língua é um ato de fala, uma ação e tem o poder de promover alterações na realidade em que acontece.

A escolha do veículo de comunicação em questão justifica-se por dois motivos. Primeiramente, diz respeito à abrangência do Instituto Federal do Paraná. Como todos os estados do país possuem seus Institutos Federais³, é certo que os fatos e eventos ligados ao IFPR e suas unidades vão interessar à imprensa estadual ou local. Optou-se pela Gazeta do Povo, que, por ser o maior jornal em circulação no Paraná⁴, tem o poder de dar grande visibilidade aos assuntos que retrata.

No estudo que retratamos neste artigo, o relato jornalístico é tomado como um ato de fala pleno de força ilocucionária e revelador das intenções e propósitos que possui o falante ao realizar uma enunciação. Neste (rel)ato⁵, jornalistas e fontes de informação são personagens de uma narrativa e realizam ações por meio do que falam, por intermédio de suas vozes, nos textos jornalísticos. Desta forma, o problema que a pesquisa tratou de responder, aqui formulado como uma pergunta, é: quais são as crenças e

¹ O recorte temporal da pesquisa corresponde ao período compreendido entre o ano de criação do IFPR, com a publicação da Lei nº 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o ano que marca o encerramento da sua terceira fase de expansão.

² O Instituto Federal do Paraná originou-se da extinta Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR), transformada em Instituto Federal com a publicação da Lei nº 11.892/2008. Originalmente, possuía sete *campi*, nas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama. Hoje, a instituição conta com 25 unidades, entre *campi* e *campi* avançados, nas quais oferece 86 cursos técnicos e 31 cursos superiores presenciais. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2016).

³ Ao todo, são 38 Institutos Federais no país. Alguns estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possuem mais de um Instituto Federal. São cinco, três e dois, respectivamente. O Paraná possui um único Instituto Federal, o IFPR (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

⁴ Segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ) (2016), a Gazeta do Povo é o maior jornal em circulação do estado, com 40.525 exemplares por dia.

⁵ Neste trabalho, a grafia (rel)ato é utilizada sempre que temos a intenção enfatizar o caráter de ação das enunciações realizadas pelos falantes.

valores que perpassam os (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná produzidos e veiculados pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014? O trabalho teve como objetivo geral compreender as ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizam nos relatos jornalísticos e as intenções, propósitos e o tom assumido pelo texto que estas ações revelam.

A metodologia utilizada consistiu na interpretação pessoal das “restrições e transgressões que integram o universo social do uso da linguagem de acordo com o nosso conhecimento dos usuários e suas crenças e das expectativas que decorrem deste conhecimento” (OLIVEIRA, 2010, p. 55). Não há, na pragmática, regras estritas para a leitura dos discursos. A disciplina está interessada na forma como os indivíduos usam as práticas cotidianas para criar a linguagem e estabelecer relações políticas, refutando a ideia de que a linguagem é um “sistema autônomo e pré-existente ao uso” (OLIVEIRA, 2010, p. 65). Para a pragmática, a resposta para todos os questionamentos sobre os usos linguísticos está na dimensão política e na avaliação dos efeitos que têm sobre os falantes e a realidade em que estão inseridos. Desta forma, cabe ao pesquisador identificar o tipo de metodologia e técnicas de análise que melhor se adequam ao objeto de estudo e às finalidades da pesquisa.

2. Saberes, fazeres, valores e linguagem: as convenções e o contexto de produção do (rel)ato jornalístico

Aceitar os valores da comunidade jornalística implica incorporar e colocar em prática o conjunto de saberes profissionais que ela partilha. De acordo com o pesquisador português Nelson Traquina (2005), são três os tipos de saberes necessários à prática da profissão: o saber de reconhecimento, de procedimento e de narração. Estes saberes são apreendidos na prática profissional, de forma sutil, na convivência, nas conversações e na atuação em equipe que caracteriza o fazer jornalístico. Todos desempenham papel-chave no processo de transformação dos acontecimentos em notícias e são definidores do formato final que os relatos jornalísticos adquirem.

O saber de reconhecimento é a capacidade de identificar os fatos que podem vir a ser transformados em relato jornalístico, ou seja, é a capacidade de discernir quais deles apresentam as características desejáveis para estarem presentes na cobertura jorna-

lística do cotidiano ou de uma temática específica. “O interesse pode ser considerado [...] o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses” (CHAPARRO, 2007, p. 147). A este atributo está atrelado outro, o de relevância, que é capaz de fazer o primeiro alcançar maior ou menor intensidade. “[...] quanto mais numerosos e mais intensos forem os atributos de relevância em dado conteúdo, maior será o nível do interesse deste conteúdo para o leitor” (CHAPARRO, 2007, p. 148).

Oliveira (2012) observa que no processo de transformação de um fato em notícia sobressaem-se os aspectos de relevância, relacionados ao caráter performático dos acontecimentos no mundo. A determinação do que é ou não relevante vai depender do enquadramento que se dá a este fato. “Como as novidades que interessam ao jornal não estão prontas no mundo à espera de um observador arguto que os reproduza de uma forma ‘natural’, é preciso ressaltar que a percepção não é algo que acontece de forma passiva, mas uma atividade” (OLIVEIRA, 2012, p. 120). A definição do que é relevante ou não para o público leitor vai depender da avaliação realizada pelo jornalista, uma escolha com caráter político, “uma intervenção que se faz em torno de um acontecimento e que julgamos válido destacar em virtude dos valores que o fato agrega para esta ou aquela comunidade” (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

O saber de procedimento diz respeito aos passos que se deve dar, depois de descoberto o fato, a fim de levantar novos dados para construção das notícias e reportagens. No conjunto de técnicas jornalísticas consagradas pela academia misturadas às lições aprendidas no cotidiano da profissão, também se incluem todas as orientações dadas pelo próprio veículo de comunicação para a apuração de informações e a busca das fontes de informação preferenciais ou mais indicadas para cada caso.

O saber de narração tem a ver com a capacidade de organizar as informações obtidas e juntá-las em unidades informacionais – os diferentes gêneros jornalísticos – e implica o conhecimento de um “inventário de discurso” (TRAQUINA, 2005, p. 43) comum aos profissionais que atuam na área. A utilização de palavras do registro formal, com preferência por aquelas que se aproximem do registro coloquial da linguagem; a não utilização de expressões que possam ser entendidas como manifestações de preconceito; a busca da concisão, da simplicidade e da clareza; a criação de neologismos e

atualizações, com a finalidade de tornar mais simples a descrição e identificação de um assunto; a não utilização de adjetivos; o uso da terceira pessoa, bem como preferencialmente dos tempos verbais passado perfeito, futuro e o presente pelo futuro, são algumas das características próprias do texto jornalístico (LAGE, 2005, p. 129-134). Estas características refletem as escolhas linguísticas que são feitas pelo repórter na ocasião da construção do relato jornalístico, buscando-se como resultado um texto informativo com características que, acredita-se, podem aumentar as chances de entendimento pelo leitor.

O formato final que assumem as notícias e reportagens vai depender também das características do contexto de produção destes textos – que vão desde questões estruturais, como as limitações impostas ao repórter pelo ambiente empresarial ou social em que está inserido (sejam elas de ordem econômica, política, ética, moral etc.), até mesmo questões da própria organização da rotina de trabalho, como as limitações impostas pelo tempo e pelo espaço destinado à veiculação de uma notícia ou reportagem – e também das convenções que regem tanto o trabalho do jornalista quanto a redação dos diferentes gêneros jornalísticos. Além disso, é importante lembrar que os relatos que compõem o produto do trabalho jornalístico são sempre um recorte de um aspecto da realidade, nunca a totalidade de um assunto ou tema. E a escolha sobre o que será abordado neste recorte dependerá do sistema de crenças e valores que perpassa o jornalista como indivíduo e como profissional. Desta forma, revela – e também esconde – marcas que podem levar a diferentes construções de sentido por parte dos leitores⁶.

O processo de produção das notícias e reportagens tende a seguir uma rotina comum nas redações mundo afora, com adaptações à natureza do meio – impresso, rádio, televisão ou internet – e a abrangência – local, regional, nacional ou internacional – do veículo em questão. “Cada meio e cada seção têm uma maneira de ordenar o trabalho

⁶ Consideramos que a produção de significados por parte do leitor sobre os atos de fala jornalísticos acontecerá no momento da interação, aqui entendido no momento da leitura de um texto jornalístico no meio impresso. O resultado deste processo vai depender do nível de compreensão, por parte deste leitor, do contexto de produção desta notícia ou reportagem e também dos seus próprios contextos: o nível de conhecimento sobre o assunto retratado, as visões de mundo, enfim, todo o tipo de conhecimento que a experiência permitiu que acumulasse. Assim como entendemos que o texto jornalístico apresenta um viés – uma interpretação, uma visão de mundo sobre uma parte, um recorte de um acontecimento – sobre a realidade, também entendemos que este viés não é capaz de transmitir, por si só, toda a sua totalidade de sentidos e intencionalidades – o que o repórter ou o veículo de comunicação quis dizer – cabendo ao leitor, e unicamente a ele, este entendimento.

e um acordo sobre o que o jornalista deve fazer e se espera que faça com os critérios que indicam o que é publicável” (MARTINI, 2000, p. 64, tradução nossa). Geralmente, o trabalho jornalístico é organizado de forma a cumprir os fechamentos dos veículos de comunicação. A pressão imposta pelo tempo faz com que algumas práticas sejam adotadas para facilitar o acesso do jornalista à informação e marca de forma determinante o contexto de produção das notícias e como elas se apresentam aos leitores, ouvintes ou telespectadores – os interlocutores do jornalista.

Seabra (2010) afirma que é mais fácil definir uma redação de jornal pelo que ela não é do que pelo que se imagina que ela seja. “Em primeiro lugar, uma redação não é o local onde acontecem as notícias, mesmo que alguns jornalistas às vezes pensem (e ajam) na contramão desse axioma” (SEABRA, 2010, p. 79). Na redação, defende o autor, não deve acontecer nada mais que “o trabalho braçal e intelectual [...] de organizar as informações de forma que o produto jornalístico seja o construto de dada realidade” (SEABRA, 2010, p. 79). Também não é apenas na redação de um veículo de comunicação que se decide o formato final de uma notícia ou reportagem. Entre a ocorrência de um fato e sua divulgação pela imprensa, vão existir diversas instâncias intermediárias e pressões de diferentes que influenciam na decisão final do que deve ser considerado uma notícia, ou então o viés pelo qual o fato em questão será apresentado. O trabalho do jornalista será, essencialmente, lidar com os fatos instáveis produzidos pelo mundo exterior, suas pessoas e instituições.

Nenhum acontecimento é igual ao outro, o que faz com que o trabalho do profissional de imprensa não seja o de apenas ‘misturar os ingredientes’, mas de pesá-los e ponderar sobre a importância de cada um deles, publicando o que considerar importante e/ou interessante para o público do veículo no qual trabalha (SEABRA, 2010, p. 81).

De fato, o processo de seleção e construção de relato jornalístico é dinâmico e tem início já no momento de reconhecimento de um fato como noticiável por um pauteiro, produtor ou repórter, continuando na apuração do fato, no desenvolvimento do texto até a definição, por parte do editor, do formato final que essa notícia adquire. Em geral, cabe a esse último decidir se a notícia será aproveitada e como.

O processo de construção do relato jornalístico, no entanto, não está livre de erros internos e interferências externas que podem comprometer, de forma irreversível, a qualidade e a confiabilidade das informações veiculadas. Para Chaparro (2007), na falibilidade do processo de produção noticiosa reside o “poder de (des)informar” que jornalistas e veículos de comunicação possuem. Este poder é exercido no descuido no momento da apuração das informações, nas concessões feitas a atores alheios ao campo jornalístico para que estes possam interferir no processo de produção das notícias e nas restrições impostas ao texto pelos profissionais que estão, na hierarquia de uma redação, autorizados a dar o formato final ao produto jornalístico segundo a linha editorial seguida por um veículo de comunicação

Se passarem ilesas pelo processo de apuração e produção do texto jornalístico, as notícias e reportagens encontram, ainda, situações que podem ameaçar sua integridade. É no momento crucial da edição que, muitas vezes, pequenos aspectos de um relato são amplificados, superdimensionados, criando confusões e ambiguidades por meio de elementos textuais e da própria diagramação, no caso dos jornais impressos. É o poder que capacita jornais e jornalistas a favorecer ou contrariar valores, pessoas e instituições. De acordo com Chaparro (2007, p. 96), “qualquer que seja, onde quer que esteja, a quem quer que tenha sido delegado, esse poder se projeta em decisões e ações irreversíveis na intimidade da atividade jornalística, em todos os desdobramentos hierárquicos de produção, criação e controle da notícia”.

3. Opções metodológicas para a análise pragmáticas dos (rel)atos jornalísticos

Oliveira (1999) faz uma crítica às abordagens que tendem a observar o relato jornalístico a partir de uma concepção de linguagem centrada em um modelo de código, um “sistema que emparelha sinais e mensagens e que permite aos seus usuários a codificação e a decodificação do que se pretende transmitir” (OLIVEIRA, 1999, p. 1); ou então de uma concepção representacional da linguagem, em que ela é utilizada apenas para representar os fatos do mundo e pensamentos de um falante. “Tais modelos, embora sejam explicativos, [...] são descritivamente inadequados e incapazes de dar conta da múltipla e complexa atividade que encerra os usos linguísticos nas relações dos homens

entre si e com o mundo” (OLIVEIRA, 1999, p. 2). O autor afirma que uma explicação dos fazeres jornalísticos necessita de um aporte teórico que vá além da simples transmissão de informações ou representações de mundo entre o jornalista e o leitor, encontrando na Pragmática este respaldo. Para Oliveira (1999, p. 2), “é aqui que a Pragmática entra em ação, ou melhor, a Pragmática está onde a ação está [...] e estar onde a ação está implica adotar uma concepção de linguagem como atividade onde as palavras são ferramentas de um agente na realização de seus propósitos”. Nesta pesquisa, partimos da compreensão de que os usos linguísticos são uma ação e uma prática social. “O sentido é o uso; o uso é a escolha; a escolha é o enquadramento; o enquadramento é a ação prática/cognoscente sobre/em; esta ação é o ato político que nos leva a assumir uma posição valorativa diante dos nossos semelhantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 121).

O estudo dos enunciados jornalísticos não pode ser tratado apenas no que concerne aos atos de fala, “onde a situação abstrata permite compatibilizar as intenções de jornalistas e leitores sem maiores problemas” (OLIVEIRA, 1999, p. 89). Tais atos devem ser encarados como atos pragmáticos, um conceito mais amplo, que engloba não apenas as enunciações, mas também outros elementos presentes, como a intenção da enunciação. São assim chamados por estarem “alicerçados no uso real da linguagem” (MEY, 1993 apud OLIVEIRA, 1999, p. 89) e serem fortemente marcados pelo contexto em que foram realizados, livres de regras ou restrições de ordem sintática, semântica ou contextual. “A guinada em direção aos atos pragmáticos é uma tentativa de enquadrar as várias ‘intenções’ no universo real do uso e dos propósitos (com que fins) onde o interlocutor tem um papel ativo e as premissas da cooperação encaradas criticamente no espaço da convenção textual” (OLIVEIRA, 1999, p. 90).

Os atos pragmáticos são reveladores do tom que um texto assume, característica que está diretamente ligada aos propósitos deste texto.

Para a perspectiva pragmática que defendemos, tanto a produção como a recepção de textos, jornalísticos ou não, depende dos propósitos dos indivíduos envolvidos. No caso dos jornais, envolve muito mais pessoas do que apenas o repórter e o leitor. Há um processo de inter-mediações [sic] que transcende o processo de captação da notícia, a sua transcrição ou a sua representação. Isto quer dizer que o relato, o que foi escrito, não implica em um modelo de processo psicologicamente real que todo usuário deve seguir para alcançar a inferência correta. Não há um caminho direto para se alcançar a totalidade de propósitos abrangidos, e muito embora a apreensão da força ilocucionária

aponte para a intenção comunicativa de quem escreve, isto não esgota o motivo condutor para a escolha deste ou daquele tom (OLIVEIRA, 1999, p. 91).

O motivo condutor para a escolha do tom é descrito por Oliveira (1999) como o conjunto de crenças e regras para ação dos indivíduos – abrange as expectativas, os anseios, os interesses, as reivindicações, os medos, atitudes em relação ao mundo, entre outros. Estas “pressuposições válidas” (OLIVEIRA, 1999, p. 91) irão permanecer implícitas ao longo dos relatos e auxiliam no entendimento do tom que os textos carregam.

O tom é um reflexo deste quase interminável processo de inter-mediações [sic] que cobre o fazer jornalístico, transformando o relato em um diálogo assimétrico, sempre sujeito a interrupções, lapsos, cortes, silêncios, hesitações, ambiguidades, intervenções, reações, rejeições, aversões (OLIVEIRA, 1999, p. 93).

A análise pragmática dos relatos jornalísticos constitui um estudo de caráter descritivo e interpretativo em que o pesquisador, tal qual o leitor, possui um papel ativo na interpretação das enunciações contidas no texto. Assim como Oliveira (1999), Mey (2000, p. 8, tradução nossa) assinala a importância do contexto e o protagonismo do leitor na percepção deste contexto para a compreensão do sentido dos usos linguísticos realizados por um falante: “Perceber as condições em que a obra literária foi produzida é menos que o essencial; como usuários, devemos tornar-nos conscientes do quanto o nosso entendimento se deve às capacidades e limitações de compreensão dadas pelas condições sociais sob as quais vivemos”. O contexto compreende não apenas o ambiente verbal, mas considera também o entorno mais amplo, as condições sob as quais a enunciação foi gerada. “[...] há que se considerar o “texto por trás do texto” ou as palavras que a sociedade [...] está resmungando em nossas costas, enquanto aparentemente falamos como “agentes linguísticos livres”, sem sermos observados ou monitorados (MEY, 2000, p. 7, tradução nossa)”.

3.1. As classes de força ilocucionária de Austin na análise pragmática dos (relatos) jornalísticos

Austin (1990) propõe a construção de cinco classes de verbos ilocucionários, sendo que os verbos de cada classe compartilham uma força ilocucionária semelhante, capaz de realizar ações e produzir efeitos quando utilizados pelos falantes. No entanto, o próprio autor questiona a validade desta classificação e aponta sua incompletude, dando a entender que os limites entre as categorias não são tão rígidos quanto se espera de uma taxonomia no campo científico. “[...] há famílias mais gerais de atos de fala relacionadas e sobrepostas parcialmente [...]” (AUSTIN, 1990, p. 122). Rajagopalan (2010b) afirma que o próprio ato ilocucionário carrega características que impedem que sejam criadas classificações. “[...] considerar a possibilidade de os atos se agruparem em “famílias” é admitir que o máximo que se pode afirmar é uma vaga semelhança entre certos elementos do conjunto [...] subvertendo, dessa forma, qualquer esforço taxonômico mais criterioso e definitivo” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 60).

Quadro 1 – Classes de verbos ilocucionários

<p>VERIDITIVOS “[...] caracterizam-se por dar um veredito, como o nome sugere, por um corpo de jurados, por um árbitro, ou por um desempatador (terceiro árbitro). Mas não é necessário que sejam definitivos. Podem constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação. Constituem essencialmente o estabelecimento de algo – fato ou valor – a respeito do qual, por diferentes razões, é difícil se estar seguro”.</p> <p>EXERCITIVOS “[...] consistem no exercício de poderes, direitos ou influências”.</p> <p>COMISSIVOS “[...] caracterizam-se por prometer ou de alguma forma assumir algo; <i>comprometem</i> a pessoa a fazer algo, mas incluem também declarações ou anúncios de intenção, que não constituem promessas, e incluem também coisas um tanto vagas que podemos chamar de adesões, como, por exemplo, tomar partido. Têm conexões óbvias com os veriditivos e os exercitivos”.</p> <p>COMPORTAMENTAIS “[...] constituem um grupo muito heterogêneo, e têm a ver com atitudes e <i>comportamento social</i>. Exemplos são: pedir desculpas, felicitar, elogiar, dar os pêsames, maldizer e desafiar”.</p> <p>EXPOSITIVOS “[...] esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como estamos usando as palavras, ou seja, são, em geral, expositivos”.</p>

FONTE: Adaptado de AUSTIN (1990)

Assim, conforme mostramos no quadro acima, de acordo com Austin (1990), as forças ilocucionárias consistem na emissão de um juízo sobre evidências ou razões quanto ao valor de um fato. “Os veriditivos têm conexões óbvias com a verdade e falsi-

dade com relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça (AUSTIN, 1990, p. 124). Um ato de fala com força ilocucionária exercitiva consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação e advogá-la. “É decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim. É advogar que seja assim, em oposição a uma estimativa que seja assim” (AUSTIN, 1990, p. 126). Austin caracteriza este como um ato de fala muito presente em atos legislativos e executivos, como a execução da sentença emitida por um juiz (em oposição ao veredito emanado por ele), nomeações de funcionários ou empregados, petições, admissões e pedidos de demissão.

Um ato de fala com força ilocucionária comissiva é aquele que compromete o enunciador a uma determinada linha de ação, que faz com que ele assuma um compromisso. Austin (1990, p. 128) faz uma distinção entre estes atos de fala e as declarações de intenção. “Da mesma forma que distinguimos entre instar e ordenar, também distinguimos entre ter a intenção e prometer [...] Em um caso extremo, posso, *simplesmente*, declarar que tenho uma intenção, mas também posso declarar ou expressar ou anunciar minha intenção ou resolução”. Os atos ilocucionários comportamentais expressam a “reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo” (AUSTIN, 1990, p. 129). Por fim, os atos de fala expositivos “consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referências” (AUSTIN, 1990, p. 130).

Na pesquisa que apresentamos nesse artigo, não tivemos como objetivo construir uma nova classificação de verbos ou forças ilocucionárias. Tampouco utilizar as classes de verbos ilocucionários descritas por Austin (1990) como único instrumento de análise, limitando nosso esforço reflexivo a identificar as forças ilocucionárias presentes nos relatos jornalísticos. Nosso objetivo é compreender, em cada situação de uso, por meio do contexto de enunciação, as ações realizadas pelas vozes de jornalistas e fontes de informação, bem como as crenças e valores que expressam. Entendemos que toda enunciação realizada por uma voz no relato jornalístico é uma ação, e como ação, possui uma força, que pode ou não corresponder àquelas descritas pelo filósofo inglês. Assim, as reflexões sobre as classes de verbos ilocucionários de Austin (1990) aparecem em

nossa análise, como um argumento-instrumento, uma ferramenta a mais, que nos ajudará a interpretar e compreender o objeto empírico de nossa pesquisa.

4. Análise pragmática dos relatos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná

O *corpus* da pesquisa que apresentamos é composto pelo texto principal de 13 matérias jornalísticas, publicadas entre os anos de 2008 e 2014 pelo jornal Gazeta do Povo. Para fins de análise, foram divididas em 5 grupos, definidos de acordo com o eixo temático a que pertencem os textos analisados: Expansão; Ensino Médio, Técnico e Profissional; Processos de Seleção e Concursos Públicos; Crises Institucionais e Eleição de Dirigentes; Eventos Institucionais.

Por meio da análise pragmática, vislumbramos uma cobertura jornalística dependente do discurso institucional, carente de contextualização e superficial no que toca à abordagem e às informações divulgadas sobre a instituição e seus fatos. Foi uma cobertura que se deu, em sua maioria, por meio de notas, que continham apenas as informações mais relevantes sobre o fato retratado. Os concursos públicos e processos de seleção promovidos pelo IFPR foram a principal temática coberta. Matérias jornalísticas sobre uma das finalidades da instituição – a oferta de cursos profissionalizantes em diferentes níveis de ensino – são ocasionais, bem como aquelas que tratam dos eventos promovidos pelo IFPR. É importante destacar que apenas os cursos técnicos de nível médio ganharam as páginas do jornal, sendo que a instituição oferece cursos em outros níveis de ensino, como o superior e de pós-graduação, que não são mencionados.

Além do tom institucional, predominante nas notas e notícias, as matérias jornalísticas analisadas tendem a se revestir de um tom crítico ou negativo. São poucos os momentos em que os textos deixam de lado as pautas nascidas no seio da instituição e abordam o IFPR por outros ângulos, o que confere à cobertura um panorama geral de superficialidade e não colabora para a ampliação do debate sobre a Educação Profissional e o Instituto Federal do Paraná nas páginas da Gazeta do Povo e, conseqüentemente, entre os leitores e a sociedade paranaense. Podemos afirmar que as notas, notícias e reportagens analisadas revelam crenças e valores que remetem à crítica ao ensino público ou então às instituições que deveriam promovê-lo, destacando a falta de qualidade e a

inabilidade destas organizações em executar suas ações; ao preconceito que ainda cerca a Educação Profissional, em especial os cursos técnicos de nível médio, vistos como o tipo de ensino destinado aos cidadãos que não puderam ir a uma universidade por falta de condições financeiras ou intelectuais; ao estranhamento que algumas ações que obtiveram êxito parecem causar naqueles que não esperam resultados positivos vindos das instituições públicas de Educação Profissional; ao deslumbramento que os números de vagas em processos de seleção e concursos públicos podem causar, sem uma reflexão maior do que significa a oferta de tais oportunidades de emprego e formação na capital e nas cidades do interior do estado; à falta de relevância relacionada às ações de ensino ligadas à Educação Básica como um todo.

Nos textos analisados, detectamos que as vozes dos jornalistas, ao aceitarem e fazerem seu o discurso institucional, realizam promessas ao darem como certas as projeções e intenções de ações futuras do Instituto Federal do Paraná. Previsões de conclusão de obras, de contratação de novos servidores para o quadro funcional e até mesmo aquelas que afetam diretamente a vida dos estudantes, como a afirmação de que eles não serão prejudicados pelo atraso no início das aulas, transformam-se em atos de fala que comprometem o jornalista e o jornal a responsabilizarem-se futuramente por estas informações – seja porque, ao ser noticiado, o fato passa a ser encarado pela sociedade como verdadeiro; seja porque faz com que o veículo de comunicação tenha a obrigação de trazer o assunto à tona novamente, como uma forma de dar à sociedade uma resposta sobre os cenários que apresentou como passíveis de ocorrerem.

No que toca às vozes das fontes de informação, percebemos que o jornalista, personagem-narrador do (rel)ato jornalístico, não permite que elas realizem ações que vão muito além de dar opiniões ou então testemunhos sobre os fatos relatados, especialmente quando estas fontes não são os “representantes oficiais” que falam em nome do IFPR. Quando se trata das fontes oficiais, como o reitor, os diretores de *campi* ou a assessoria de comunicação, realizam ações com um maior grau de importância, em geral dando mais informações sobre o assunto retratado ou então defendendo um ponto de vista ou a própria instituição, quando esta é de alguma forma criticada ou sua performance é questionada pelo veículo de comunicação. Sobre as ações de defesa de um ponto de vista ou da própria instituição realizadas pelas fontes oficiais, entendemos ser este

o ato de fala preferencial destas vozes. É interessante notar que, em suas respostas à imprensa, as instituições buscam sempre manter um tom solene e prestativo, buscando proteger sua imagem ou então construir outra de correção e eficiência, de controle sobre a situação problema discutida pelo veículo de comunicação. São os atos de fala que afirmam, explicam, defendem, protegem, tentam convencer o leitor e a sociedade e que buscam manter intacta a imagem da instituição. Podemos dizer que é o ato de fala padrão das ações de assessoria de imprensa e de comunicação organizacional em geral. Novamente, o que vemos é o discurso institucional se manifestando, desta vez na voz das fontes de informação, nos (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná.

5. Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos o estudo que buscou compreender as intenções, propósitos e o tom assumido pelos (rel)atos jornalísticos sobre o Instituto Federal do Paraná, revelados pelas ações que as vozes de jornalistas e fontes de informação realizaram nas notas, notícias e reportagens sobre a instituição, produzidas e veiculadas pelo jornal Gazeta do Povo entre os anos de 2008 e 2014. Para tanto, com o auxílio do nosso referencial teórico, partimos do entendimento dos usos linguísticos como uma ação social, cujo sentido só pode ser depreendido se levado em conta o contexto em que estas ações foram realizadas. Utilizamos-nos, também, das reflexões desenvolvidas pelos pesquisadores que se dedicaram a observar o fazer jornalístico pelo prisma da pragmática, que nos permitiram vislumbrar e compreender o contexto de produção das matérias jornalísticas e todas as convenções que fazem com que as observemos como um relato asseverador, ao qual se relacionam os conceitos de verdade e objetividade comumente atribuídos ao discurso jornalístico.

A pesquisa apresentada neste artigo conclui que se faz urgente o fortalecimento da reflexão sobre os usos de linguagem pelos meios de comunicação e, conseqüentemente, as linguagens que os meios de comunicação criam, cotidianamente, quando tratam da Educação Profissional em geral, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e das instituições que a integram. Em nosso entendimento, é necessário que se busque – tanto na esfera dos produtores dos fatos que podem ser transformados em

notícias, neste caso conformada pelas instituições de ensino, quanto na esfera de construção dos (rel)atos jornalísticos, território dos veículos de comunicação – construir novos usos linguísticos e novas abordagens para tratar da Educação Profissional e das instituições a ela ligadas. Não se trata de apenas levar aos leitores uma linguagem livre dos tradicionais valores e crenças comumente associados à Educação Profissional e Tecnológica, em parte demonstrados nesse estudo, mas, sim, substituí-los, no sentido de antecipar novos olhares sobre o tema, preparando a sociedade para um real debate sobre o papel dessas instituições em diferentes setores da sociedade.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores Jornais do Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. ed. rev. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). Portal de Informações do IFPR. **Dados Gerais IFPR**. Curitiba, 2016. Disponível em: < <http://info.ifpr.edu.br/dados-gerais-ifpr/?tab=alunos>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

LAGE, N. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARTINI, S. **Periodismo, noticia y noticiabilidad**. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.

MEY, J. **Vozes da sociedade**: seminários de pragmática. Trad. Ana Cristina de Aguiar. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

_____. **When voices clash** - a study in literary pragmatics. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2000. pp. 3-12; 172-229.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://institutofederal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

OLIVEIRA, J. A. A linguagem performativa do jornalismo (contra fatos há argumentos). **Líbero**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 119-125, 2012.

_____. Pragmática e Comunicação. **Linguagem em Foco**, v. 2, n. 2, p. 53-67, 2010.

_____. **As dimensões pragmáticas da cooperação jornalística**. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

RAJAGOPALAN, K. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. In: RAJAGOPALAN, K. **Nova pragmática** – fazes e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SEABRA, R. Produção da notícia: a redação e o jornalista. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia** – teoria e técnica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo – a tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.